



ENSINO SUPERIOR E MATERNIDADE: RESULTADOS PARCIAIS DE UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE ACESSO, PERMANÊNCIA E PROGRESSÃO DE MULHERES-MÃES NA UNIVERSIDADE

III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 3ª edição, de 06/12/2021 a 10/12/2021
ISBN dos Anais: 978-65-81152-32-1

ARAGÃO; Isabela Mesquita ¹, OLIVEIRA; Carolina Bessa Ferreira de ²

RESUMO

O presente trabalho apresenta um tema que está em processo de pesquisa em andamento no âmbito de Iniciação Científica desenvolvida na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em fase de levantamento bibliográfico e documental e, portanto, explicita resultados parciais em sede de pesquisa de graduação. O plano de trabalho que tematiza o ensino superior e a maternidade no Brasil, vincula-se ao projeto de pesquisa intitulado Direito, Educação e Políticas Públicas: um estudo sobre mulheres-mães na universidade, previsto para execução nos anos de 2021 a 2022. O acesso ao ensino superior é previsto na Constituição Federal de 1988 [1], no conjunto de direitos atrelados à educação. No entanto, é inegável que os direitos de mulheres, sobretudo aquelas que são mães, no âmbito acadêmico são constantemente violados e atravessados por questões culturais e estruturais relacionadas ao sistema patriarcal, tendo em vista que, apesar da existência de legislações e políticas institucionais que objetivam garantir mecanismos jurídicos como a licença maternidade, a ausência de adaptações no ambiente e políticas públicas destinadas à permanência e progressão dessas mulheres - docentes, técnicas, gestoras e discentes - é recorrente nas instituições, o que resulta em uma grande discrepância na comparação entre a produtividade científica de homens e mulheres sem filhos e a de pesquisadoras mães [2]. De acordo com os resultados de uma pesquisa intitulada "Mulheres e maternidade no ensino superior no Brasil" divulgados em 2021 pelo movimento *Parent in Science*, no Brasil, dedicado a debater políticas de equidade de gênero que considerem maternidade e parentalidade na ciência, aproximadamente 65,5% dos estudantes com filhos dependem de auxílio da família para se dedicar aos estudos, mas apenas 5,2% contam com creches e redes de apoio na universidade. No entanto, dados do IBGE evidenciam que as mães solo representam cerca de 15,3% dos arranjos domiciliares no Brasil, com limitações na rede de apoio [3]. À vista disso, a pesquisa que fundamenta o presente trabalho busca analisar as políticas públicas que têm sido desenhadas para atender mulheres mães no âmbito acadêmico e como as universidades públicas estão abordando a questão para assegurar os seus direitos e reduzir o impacto que a pauta da maternidade e parentalidade acarreta em suas vidas estudantis e carreiras profissionais. Como objetivos específicos a pesquisa procura, dentre outros aspectos: (a) estudar os conceitos de interseccionalidade e os marcadores sociais da diferença, como raça, classe social, gênero, diversidade e orientação sexual, saúde e idade, e sua aplicação no âmbito das políticas públicas na universidade, com foco naquelas que considerem o fator maternidade; (b) levantar e analisar relatórios, indicadores e dados de caráter público sobre as políticas voltadas às mulheres-mães na universidade, divulgados por órgãos governamentais e não governamentais, assim como pelas fundações de pesquisa, bem como de pesquisas e relatórios acadêmicas, procedendo à solicitação de dados eventualmente não encontrados em âmbito público, que relacionem maternidade e ensino superior; (c) identificar ações institucionais no âmbito nacional e local, que se relacionem ao

¹ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), isabela.aragao@gfe.ufsb.edu.br

² Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br

apoio a docentes, discentes e técnicas no âmbito da maternidade e parentalidade, analisando os dispositivos jurídicos e as políticas que permeiam o tema; (d) prospectar projetos e ações em que possam ser desdobradas as propostas levantadas nos diagnósticos, estudos e pesquisas realizados nesta pesquisa, que se constituam em ações de articulação com a comunidade acadêmica e local, em reciprocidade, bem como cumpram a indissociabilidade entre as ações de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, adota-se uma metodologia qualitativa, interdisciplinar e exploratória focada na revisão bibliográfica e documental, através do levantamento e da leitura de livros, teses e dissertações, artigos científicos, priorizando as produções realizadas nas áreas da Educação, Direito e Políticas Públicas, e leis, normas, relatórios, dados e editais, sob uma perspectiva interseccional - que considere marcadores da diferença como raça, saúde, orientação sexual e classe social, compreendendo que os atravessamentos e impactos são perpassados de forma distinta em determinados grupos de mulheres -, em conjunto com uma leitura das políticas públicas - como forma mais eficiente de realização de direitos - relativas ao ensino superior e à maternidade no Brasil. Como resultados parciais, a pesquisa iniciada em setembro de 2021 já identificou o conjunto de pesquisas e documentos elaborados pelo Parent in Science, como o elenco de alguns editais que garantem a inclusão da pauta da maternidade no âmbito acadêmico brasileiro, visando assegurar a permanência das mulheres mães nas instituições; um documento elaborado por um grupo estudantil da Universidade Federal Fluminense (UFF), que reúne propostas de políticas de apoio à maternidade na universidade, leituras suplementares sobre o tema, além das principais legislações vigentes e iniciativas para moradia e alimentação; artigos científicos específicos (três) que versam sobre a contribuição de projetos assistenciais para a permanência de mulheres mães na universidade pública, a exemplo das creches universitárias e brinquedotecas; uma dissertação de mestrado com uma abordagem interseccional sobre mães negras na pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); uma dissertação de mestrado que aborda as políticas de inclusão de gênero na academia; uma dissertação de mestrado sobre os limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e um trabalho de conclusão de curso que expõe os desafios e possibilidades de conciliar a maternidade à vida acadêmica. Conclui-se, como reflexão provisória e em curso, que essa é uma temática que vem suscitando cada vez mais discussões e debates sociais e acadêmicos no âmbito nacional, dada a sua relevância na abordagem de desigualdades e hierarquias relacionadas à parentalidade, pois a despeito do princípio jurídico e constitucional da igualdade entre homens e mulheres, da conquista de direitos educacionais e das desconstruções em torno dos papéis de gênero na sociedade e na universidade, percebe-se que as mulheres - somado à uma necessária visão interseccional de raça, saúde, idade, sexualidade e classe - vivenciam um conjunto de obstáculos e um cenário de ausência de políticas institucionais e estruturantes de apoio ao acesso, permanência e progressão em suas trajetórias acadêmicas.

Financiamento: 1 (uma) bolsa de Iniciação Científica financiada pela UFSB/PIPCI - UFSB/2021.

Referências

- 1 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.
- 2 ALMEIDA, Camila. **Maternidade e academia:** políticas de inclusão de gênero na academia. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas com ênfase em Gestão Internacional) - Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM, São Paulo, 2020.
- 3 PARENT IN SCIENCE. **Mulheres e Maternidade no Ensino Superior no Brasil**. Informativo, 2021. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_6ac0cc4d05734b56b460c9770cc071fc.pdf. Acesso em: 20 de Setembro de 2021.

PALAVRAS-CHAVE: maternidade, universidade, políticas públicas, mulheres

